

O direito de menstruar das mulheres invisíveis

The right to menstruate invisible women

Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho¹

William Augusto Araujo²

Palavras-chave: Direito à saúde; pobreza menstrual; saneamento.

Keywords: *Right to health; menstrual poverty; sanitation.*

Considerada como uma violação aos direitos humanos, a pobreza menstrual vem ganhando espaço nos debates acerca da falha prestacional do direito à saúde no Brasil. Segundo a pesquisa feita pela UNICEF e pela UNFPA no ano de 2021, estima-se que mais de quatro milhões de meninas não possuem acesso a produtos de higiene íntima e de cuidados menstruais. A escassez de políticas públicas para combate da pobreza menstrual gera consequências que vão para além da desigualdade de gênero. O descaso governamental no fornecimento de saneamento básico, na distribuição de absorventes e na disseminação de conhecimento acerca do tema, afeta a vida de adolescentes e mulheres que veem desaparecer os seus direitos à saúde, à educação e à vida digna. Para Behring e Boschetti (2016), a restrição e redução de direitos sociais e fundamentais como esses ocorrem sob a justificativa da crise fiscal sofrida pelo Estado. Sobre isso, não há como esperar que os legisladores tomem consciência da magnitude deste problema estrutural. Os autores afirmam que a sociedade civil é plenamente capaz de, além de pressionar o governo, realizar intervenções diretas que tragam soluções a esta questão. Neris (2020), aduz que muitas meninas, por não terem acesso a absorventes, perdem aulas por vergonha e pela preocupação de virem a se sujar no ambiente escolar. Assad (2021), em seu

¹ Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. isadoramourafe@hotmail.com.

² Especialista em Educação Médica e de Saúde com Ênfase em Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, pela Universidade MaxPlanck Psiquiatra pelo SUS- SP. drwilliamaugusto@gmail.com

artigo “Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero”, comenta que o alto custo dos absorventes descartáveis faz com que essas mulheres contenham a menstruação utilizando sacolas, jornais, miolos de pão e, muitas vezes, reutilizam esses absorventes, aumentando o risco de infecções. Nota-se, assim, que a pobreza menstrual atinge, principalmente, meninas e mulheres vulneráveis, as quais são consideradas invisíveis na sociedade. A falta de recursos e de produtos de higiene básica impedem que o direito à saúde, à dignidade, à educação e tantos outros direitos fundamentais preconizados na Constituição Federal de 1988 sejam alcançados de forma efetiva. A temática é um retrato claro da desigualdade de gênero e social que se faz presente no país. Por esse motivo, a ONU, no ano de 2014, considerou a pobreza menstrual um assunto de alta importância no que tange o direito à saúde e aos direitos inerentes ao ser humano. Esta pesquisa, portanto, tem por objetivo traçar as problemáticas da pobreza menstrual para que a sociedade tenha conhecimento das suas implicações e, assim, seja capaz de propor metas para resolução desta adversidade. Objetivos específicos: Identificar as consequências sofridas pelas mulheres que não possuem acesso a itens de higiene; analisar os projetos de lei já elaborados acerca da temática; propor métodos de implementação de políticas públicas para efetiva aplicação do direito à saúde e promoção e dignidade na vida das pessoas que menstruam. Metodologia: A pesquisa tem uma abordagem exploratória e descritiva, de modo que se buscou aprofundamento na temática, para que posteriormente pudesse ter sido realizado um estudo qualitativo na busca de respostas baseadas em dinâmicas sociais que façam sentido. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico e documental dos principais artigos e leis que tratam do assunto. Resultados: O presente trabalho demonstra que o tabu que envolve questões biológicas e naturais da mulher consiste em um dos principais empecilhos na promoção de dignidade humana. Além disso, a falta de conhecimento da sociedade acerca das problemáticas do tema faz com que a difusão de projetos sociais que proporcionem acesso à kits básicos de higiene sejam realizados em menor escala. Diante disso, a pesquisa demonstra a necessidade de atenção da sociedade e dos legisladores a esse tema.

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

REFERÊNCIAS

ASSAD, Bf. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias [Internet]**. 2021 [acesso em 2022 ago. 13]. Disponível em: <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomia-s-2-1-140.pdf>.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

NERIS, Brenda Borba dos Santos. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: Análise da tributação incidente nos absorventes íntimos. **Revista FIDES**, Natal, v. 11, n. 2, p. 743-759, 21 jan. 2021. Disponível em <<http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/533>>: Acesso em: 13 ago. 2023.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e violações de direitos** – 2021. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdadee-violacoes-de-direitos>>. Acesso em: 13 ago. 2023.